XEROX DE LEIS

ORDINÁRIAS

2009



LEI Nº 691 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A PARTICIPAR DO "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CONSAB", PARA IMPLANTAÇÃO DE FORMA DE GESTÃO DAS DIRETRIZES AMBIENTAIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município da Estância Turística de Holambra, integrando a pessoa jurídica constituída como "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CONSAB", para implantação de forma de gestão das diretrizes ambientais em conjunto com os Municípios de Artur Nogueira, Conchal, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Santo Antonio de Posse, além de outros que venham a integrar ou serem integrados ao Consórcio.

Artigo 2° — O Consórcio Intermunicipal a que se refere o artigo 1°, tem entre outros objetivos:

I – Planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a assegurar o desenvolvimento urbano sustentável na região, buscando a qualificação de "Município Verde" aos Municípios consorciados e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, em especial para:

a) Planejamento das ações de saneamento básico e ambiental, de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos a fim de que sejam realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

b) Articulação das políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

c) Integrar os Municípios consorciados ao Protocolo "Município Verde" da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, buscando o cumprimento das dez diretivas nele estabelecidas para a devida

Artigo 3° — Fica concedida isenção de tributos Municipais que incidam ou venham a incidir sobre os bens e serviços do consórcio Intermunicipal.

Artigo 4° — O Executivo, na qualidade de participe do ajuste consorcial, deverá prestar contas dos recursos financeiros despendidos na consecução das atividades desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal.

Parágrafo Único – No prazo de 15 (quinze) dias, após a prestação de contas de que trata o "caput", deverá o Executivo enviar cópia completa da referida prestação de contas à Câmara Municipal e ao COMDEMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Artigo 5° — Fica o Poder Público Municipal autorizado a abrir crédito especial, no valor exato para o atendimento das despesas decorrentes da execução da presente Lei, podendo ser suplementadas se necessário e devendo ser consignadas, nos orçamentos futuros, dotações para a mesma finalidade.

Parágrafo Único – Este crédito especial no valor exato para o atendimento das despesas decorrentes da execução da presente Lei será administrado através do Fundema – Fundo Municipal do Meio Ambiente através de dotação orçamentária especifica.

Artigo 6° - Faz parte integrante dessa Lei o Protocolo de Intenções, Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Constituição do Consórcio, bem como seu Estatuto.

Artigo 7° — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação em local próprio na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 690 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER O LOTE 3-B1a, DESMEMBRADO DO LOTE 3-B1, COM ÁREA DE 11.219,95 M2 E O LOTE 5-A DA SEÇÃO A, COM ÁREA DE 45.980,00 M2, EM DAÇÃO EM PAGAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS COM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 674/2009 (REFIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Holambra autorizado a receber por **DAÇÃO EM PAGAMENTO OS DÉBITOS RELACIONADOS NOS PARÁGRAFOS 1º E 2º deste artigo,** os bens imóveis abaixo designados:

I - Lote 3-B1a, desmembrado do lote 3-B1, nos termos do projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Holambra (doc. Incluso), registrado sob a matrícula nº 53.369, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi Mirim – SP, **avaliado em R$ 240.892,32 (duzentos e quarenta mil oitocentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos),** com área de 11.219,95 m2, situado na Avenida das Tulipas, esquina com a Rua Solidagos, e tem a seguinte descrição: "inicia-se a presente linha divisória no marco 3ª, cravado na margem esquerda da referida avenida, e divisa deste lote com o lote 3-B1b, remanescente do Lote 3-B1; daí segue confrontando com a referida avenida, com rumo de SE 64º22'39" NW e uma distância de 15,51 metros até o marco W10aa; daí segue a direita, confrontando com a avenida, com rumo de SE 59º59'12" NW e uma distância de 170,00 metros até o marco W10aaa; daí segue a direita confrontando com a mesma avenida, com rumo de SE 00º03'48" NW numa distância de 45,51 metros até o marco W8a1b, cravado junto ao Córrego Borda da Mata; daí segue a direito córrego acima por 228,02 metros até encontrar o marco 2ª; daí segue a direita confrontando com o lote 3-B1b, desmembrado do lote 3-B1, com rumo de NE 27º58'28" SW numa distância de 88,09 metros até o marco 3ª, que serviu de partida desta descrição, pertencente a BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN, PEDRO LUIZ COLUSSI ANGELO, CLÁUDIO TEN BUUREN e s/esposa ROBERTA CRISTINA MARCONDES TEN BUUREN e HENDRICUS PETRUS HUBERTTUS TEN BUUREN;

II - Uma glebas de terras designada "A-5", registrada na Matricula nº 28.739, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi

Mirim, **avaliado em R$ 1.839.200,00 (um milhão oitocentos e trinta e nove mil e duzentos reais)**, com área de 45.980,00 m2 ou 4,60,00ha., dentro das seguintes divisas e confrontações: "começa a presente linha divisória, no ponto 1, cravado na confluência de uma estrada interna, com outra estrada interna, ambas de 10,00m de largura na confrontação com terras de H. Boss, com rumo e distância de 27°06´36" NW e 154,00 m até o ponto 2, situado na margem desta estrada e terras de H. Boss; daí declina-se levemente a direita com rumo e distância de 23°06´Nee 140,00m até o ponto 3 cravado na mesma com os mesmos confrontantes; daí segue-se com rumo e distancia 6°13'24" NW e 22,00 m até o ponto 4, ainda pela direita margeando esta estrada com rumo e distância de 15°01'12" e 54,00 m até o ponto 5, situado junto a um córrego denominado Palha Grande; daí deflete para a esquerda, córrego abaixo até encontrar o ponto 6, cravado a margem deste córrego e SP 107, daí deflete a esquerda margeando a faixa de segurança desta via, com rumo e distância de 55°11'19" NW e 440 até o ponto 8, cravado na confluência desta via, com uma estrada que leva ao centro da Cooperativa; daí deflete a esquerda uma distância de 10,00m até o ponto 1, onde serviu de partida e final do memorial, de propriedade de BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN.

Parágrafo 1° - Os valores de IPTU, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E ÁGUA E ESGOTO, vencidos e não pagos até o dia 16 de setembro de 2009 e os valores líquidos e certos vincendos até o dia 31 de dezembro de 2009, no total de R$ 2.781.243,16 (dois milhões setecentos e oitenta e um mil duzentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos), conforme inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo Único, referente a R$ 1.396.995,89 do Lote 1I, Matrícula n° 50.112, Cadastro n° 100.281.435.010; R$ 152.607,60 do Lote 1F, Matrícula n° 50.109, Cadastro n° 100.280.997.010; R$ 16.176,99 do Lote 1C, Matrícula n° 50.106, Cadastro n° 100.280.754.010, em nome de HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN; R$ 324.790,53 do Lote 1E, Matrícula n° 50.108, Cadastro n° 100.280.899.010; R$ 20.816,79 do Lote 1A, Matrícula n° 50.104, Cadastro n° 100.280.752.010; R$ 353.789,40 do Lote A5, Matrícula n° 28.739, Cadastro n° 600.400.440.010; R$ 316.729,44 do Lote 1G, Matrícula n° 50.110, Cadastro n° 100.280.998.010; R$ 9.508,74 do Lote 3B1, Matrícula n° 53.369, Cadastro n° 200.200.231.010; R$ 8.040,96 do Lote 4B, Matrícula n° 52.846, Cadastro n° 100.280.080.010, em nome de BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN; R$ 94.732,94 do Lote 1B, Matrícula n° 50.105, Cadastro n° 100.280.753.010, em nome de IMAVI INDÚSTRIAL E COMÉRCIO LTDA.; R$ 86.032,41 do Lote 1H, Matrícula n° 50.111, Cadastro n° 100.281.329.010, em nome de CLÁUDIO TEN BUUREN; R$ 901,47 do Lote 3B2, Matrícula n° 53.370,

Cadastro nº 200.200.371.010, em nome de AUDAX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

Parágrafo 2º - O valor de ISSQN vencido até o dia 16 de setembro de 2009, no total de R$ 107.283,48, em nome de IMAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., Cadastro nº 221.100.290, conforme inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo Único.

Parágrafo 3º - As dívidas ativas dos referidos cadastros descritos na inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo Único, são objetos dos Processos de Execução Fiscal nº 666.08.006294-6, nº 666.09.005467-9 e nº 666.09.004017-1, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal nº 265/07, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo nº 328/07, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 1.378/05, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo nº 447/07, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 1031/06, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim, todos em nome de BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN; bem como dos Processos de Execução Fiscal nº 666.08.06394-2 e nº 666.09.005478-9, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal nº 277/07, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim, em nome de CLÁUDIO TEN BUUREN; e, ainda, dos Processos de Execução Fiscal nº 666.08.06393-4 e nº 666.09.005468-7, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal nº 1.013/01, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal nº 397/03, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal nº 1.164/04, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim, Execução Fiscal nº 1.483/05, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 1.141/06, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 374/04, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, todos em nome de HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN; Execução Fiscal nº 666.09.005469-5, nº 666.09.004002-3 e 666.08.006392-6, em trâmite perante do Foro Distrital de Artur Nogueira, Execução Fiscal nº 460/2007, em trâmite na 1ª Vara de Execução Fiscal, Execução Fiscal nº 1.171/2006, em trâmite na 2ª Vara de Execução Fiscal de Mogi Mirim, em nome de IMAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., conforme Termo de Acordo de Dação em Pagamento, Laudos de Avaliação e Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria, que fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Sobre o valor dos **débitos vencidos até 31 de dezembro de 2008** incidem os benefícios para pagamento à vista, previstos na Lei nº 674 de 08 de junho de 2009, que institui o programa de recuperação

Cadastro nº 200.200.371.010, em nome de AUDAX PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

Parágrafo 2º - O valor de ISSQN vencido até o dia 16 de setembro de 2009, no total de R$ 107.283,48, em nome de IMAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., Cadastro nº 221.100.290, conforme inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo Único.

Parágrafo 3º - As dívidas ativas dos referidos cadastros descritos na inclusa Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria e Anexo Único, são objetos dos Processos de Execução Fiscal nº 666.08.006294-6, nº 666.09.005467-9 e nº 666.09.004017-1, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal nº 265/07, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo nº 328/07, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 1.378/05, em trâmite perante a 3ª Vara Cível de Mogi Mirim; Processo nº 447/07, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 1031/06, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim, todos em nome de BERENDINA HELENA CATARINA TEN BUUREN; bem como dos Processos de Execução Fiscal nº 666.08.06394-2 e nº 666.09.005478-9, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal nº 277/07, em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Mogi Mirim, em nome de CLÁUDIO TEN BUUREN; e, ainda, dos Processos de Execução Fiscal nº 666.08.06393-4 e nº 666.09.005468-7, em trâmite perante o Fórum Distrital de Artur Nogueira; Execução Fiscal nº 1.013/01, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal nº 397/03, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim, Execução Fiscal nº 1.164/04, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Mogi Mirim, Execução Fiscal nº 1.483/05, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 1.141/06, em trâmite perante a 2ª Vara de Mogi Mirim; Execução Fiscal nº 374/04, em trâmite perante a 1ª Vara de Mogi Mirim, todos em nome de HENRICUS PETRUS H. TEN BUUREN; Execução Fiscal nº 666.09.005469-5, nº 666.09.004002-3 e 666.08.006392-6, em trâmite perante do Foro Distrital de Artur Nogueira, Execução Fiscal nº 460/2007, em trâmite na 1ª Vara de Execução Fiscal, Execução Fiscal nº 1.171/2006, em trâmite na 2ª Vara de Execução Fiscal de Mogi Mirim, em nome de IMAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., conforme Termo de Acordo de Dação em Pagamento, Laudos de Avaliação e Certidão e Relatório do Departamento de Lançadoria, que fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Sobre o valor dos **débitos vencidos até 31 de dezembro de 2008** incidem os benefícios para pagamento à vista, previstos na Lei nº 674 de 08 de junho de 2009, que institui o programa de recuperação

fiscal – REFIS, perfazendo o **TOTAL DE R$ 1.772.654,34 (um milhão setecentos e setenta e dois mil seiscentos e cinqüenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**.

Art. 3º - Os Contribuintes renunciam ao valor de avaliação dos imóveis que exceder o valor dos débitos descritos nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Com a lavratura e registro das Escrituras e, concomitantemente, com o pagamento dos honorários advocatícios, nos termos da Lei nº 674 de 08 de junho de 2009, será dada total quitação dos débitos aos Contribuintes e a Procuradoria Jurídica do Município efetuará o pedido de extinção dos processos constantes do parágrafo 3º do artigo 1º desta Lei.

Parágrafo único – As custas e demais despesas processuais serão de responsabilidade exclusiva dos contribuintes.

Art. 5º - As escrituras de dação dos bens imóveis descritos no artigo 1º deverão ser firmadas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da publicação desta Lei, ficando as despesas decorrentes com a lavratura e registro das escrituras a cargo dos contribuintes.

Art. 6º - O descumprimento do artigo 4º implicará no cancelamento do acordo e na revogação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 689 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA CELEBRAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E TURISMO.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar com a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, convênio, termos aditivos ou retificações objetivando atender o Programa "Esporte Social" .

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para cumprimento do disposto no Artigo 1º, fica o Poder executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial para fazer face às despesas com a execução das atividades e aquisições de materiais ao projeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A cobertura do crédito autorizado no Parágrafo Primeiro será efetuada mediante a utilização dos recursos a serem repassados.

Artigo 2º - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão a implantação e desenvolvimento do projeto "Esporte Social".

Artigo 3º - Os encargos que a prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Uma vez assinado o referido convênio, obrigar-se-á o Executivo Municipal a encaminhar a esta Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia do respectivo convênio.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra SP, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 688 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO PINHALENSE DE ENSINO, MANTENEDORA DO CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL – UNIPINHAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra (SP) aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Fundação Pinhalense de Ensino, Mantenedora do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal – Unipinhal, tendo por objeto a atuação conjunta das partes no intuito de incentivar os alunos a se qualificarem, mediante a vivência prática em estágio supervisionado, na área da biologia, dentro dos limites territoriais do Município de Holambra (SP).

Parágrafo único. O convênio será celebrado nos termos da minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante, ficando o Poder Executivo autorizado a firmar termos aditivos que tenham por objeto ajustes e adequações direcionadas para a consecução de suas finalidades.

Artigo 2º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 684 DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A INDIVIDUALIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS COM ATÉ DUAS CASAS".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art 1º - É facultada a instalação de mais um hidrômetro individualizado em cada edificação residencial quando houver até (duas) casas construídas.

Art 2º - A Estação de Tratamento de Água prestará aos consumidores, nos termos do regulamento, supervisões e orientações técnicas para elaborar e instalar os equipamentos a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - Para serem aprovados, os novos projetos de edificações de que trata o art.1º devem prever as instalações hidráulicas individuais que permitam a medição individual do consumo de água de cada uma das unidades.

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação em local próprio na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

Autor do Projeto de Lei nº 031/2009: VEREADOR APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

LEI Nº 686 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

"DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI Nº 622 DE 25 DE OUTUBRO DE 2007, QUE AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA A RECEBER, MEDIANTE REPASSE EFETUADO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, RECURSOS FINANCEIROS A FUNDO PERDIDO."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1° - O artigo 2º da Lei Municipal nº 622 de 25 de outubro de 2007 , passa a ter a seguinte redação:

***"ARTIGO 2°** - Os recursos financeiros mencionados no artigo anterior destinar-se-ão a execução de projetos, a execução de obras, a melhoria de obras já existentes, a execução de infraestrutura e suas melhorias e aquisição de equipamentos.*.

ARTIGO 2º - Uma vez assinado o referido convênio, obrigar-se-á o Executivo Municipal a encaminhar a esta Câmara Municipal, no prazo de 15 dias, cópia do respectivo termo de convênio.

ARTIGO 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação em local próprio na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 685 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM CAPACETE OU QUALQUER TIPO DE COBERTURA QUE OCULTE A FACE, NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PÚBLICOS OU ABERTOS AO PÚBLICO".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT,** Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibida, no Município da Estância Turística de Holambra, a utilização de capacete pelo condutor e pelo passageiro de motocicletas, quando:

I – do ingresso e da permanência nos estabelecimentos públicos ou privados;

II – a motocicleta se encontrar estacionada.

Art. 2º - Os estabelecimentos públicos e privados deverão afixar cartazes informativos em seus locais de entrada, contendo, além do número desta Lei, os dizeres: "Proibido o uso de capacete para ingresso e permanência neste local".

Art. 3º - O Executivo regulamentará esta Lei em 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos nove dias do mês de novembro de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação em local próprio na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

Autor do Projeto de Lei: VEREADOR APARECIDO LOPES DA SILVA LIMA.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 683 DE 06 DE OUTUBRO DE 2009.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DA CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, DIRIGIDA AOS CORPOS DE ÁGUA SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal da Estância Turística de Holambra, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a participar da constituição da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Agência das Bacias PCJ), dirigida aos corpos de água superficiais e subterrâneos, observadas as disposições desta lei.

§ 1º A área de atuação da Agência das Bacias PCJ deverá ser a das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Bacias PCJ).

§ 2º A Agência das Bacias PCJ deverá ser pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Governo do Estado de São Paulo, dos Municípios das Bacias PCJ e da Sociedade Civil.

§ 3º A Agência das Bacias PCJ poderá receber delegação para exercer as funções de Agência de Água nas Bacias PCJ, obedecendo ao disposto nas Leis Federais nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e seus regulamentos, complementações e alterações posteriores.

Art. 2º A Agência das Bacias PCJ somente será constituída após a adesão de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) dos Municípios, abrangendo pelo menos 50% (cinqüenta por cento) da população, das Bacias PCJ.

Art. 3º A constituição da Agência das Bacias PCJ, destacadamente o seu Estatuto, deverá obedecer ao disposto na Lei Estadual nº 10.020, de 3 de julho de 1998.

Parágrafo único. As atribuições e competências da Agência das Bacias PCJ com relação à cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, além do disposto no caput deste artigo, também devem respeitar o disposto na Lei Estadual nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e suas regulamentações complementares.

Art. 4º No âmbito municipal, o controle de resultados da Agência das Bacias PCJ será exercido pelo Departamento de Obras e Serviços Municipais, sem prejuízo da fiscalização dos órgãos próprios das demais esferas de poder que a compõem.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, seis de outubro de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por afixação em local próprio na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
CHEFE DE GABINETE

LEI Nº 682 DE 18 DE SETEMBRO DE 2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FORMALIZAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O GOVERNO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra (SP) aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1° - Fica o executivo municipal autorizado a assinar com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Habitação, o convênio de cooperação técnica para a execução do programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais – cidade legal;

Parágrafo Único – O Executivo Municipal deverá no prazo máximo e improrrogável de até 15 (quinze) dias, a serem contados da assinatura do respectivo convênio, encaminhar para a Câmara Municipal, cópia na íntegra do "Termo de Convênio Firmado".

Artigo 2° - Os encargos que a Prefeitura vier a assumir no referido convênio correrão por conta de verbas próprias constantes no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e oito dias, do mês de agosto, do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 681 DE 28 DE AGOSTO DE 2009.

"AUTORIZA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA – IPMH A FORMALIZAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDE DA AUTARQUIA".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra, autorizado a formalizar contrato de locação do imóvel, situado a Rua Lazinho Fogaça, 174 – casa 1-Centro, Holambra, com o fim específico de servir de sede da autarquia.

Artigo 2º - A locação terá prazo de 12 meses a contar de 01 de outubro de 2009 até 01 de outubro de 2010, prorrogável por igual período, sendo o valor do aluguel mensal de R$ 700,00 (setecentos reais), perfazendo o valor total anual de R$ 8.400,00 valor este corrigido anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro indexador que vier a ser estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 3º - Os encargos com a locação, incidentes sobre o imóvel, serão de responsabilidade do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra-IPMH

Artigo 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação Orçamentária própria.

Artigo 5º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e oito dias, do mês de agosto, do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 680 DE 18 DE SETEMBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 275/97 QUE TRATA SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra Aprovou, e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei,

ART. 1º - O Conselho Municipal de Educação, criado através da Lei nº 275/97 é órgão autônomo, de caráter normativo, consultivo e deliberativo, fiscalizador, propositivo e mobilizador do Sistema Municipal de Ensino da Estância Turística de Holambra-SP, com competências e atribuições para decidir sobre todas as questões referentes à Educação Municipal, definidas nesta Lei.

Parágrafo único – Para efeitos administrativos e orçamentários este CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO fica vinculado, diretamente, ao Departamento Municipal de Educação, o qual deverá garantir integral e necessário apoio, para o seu funcionamento e manutenção.

ART. 2º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO será constituído por 15 (quinze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir especificadas:

I - Um (01) representante do Departamento Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

II - Um (01) representante da área financeira da Municipalidade, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

III - Um (01) representante dos assuntos jurídicos da Municipalidade, indicado pelo Poder Executivo Municipal;

IV - Um (01) representante do Departamento de Administração da municipalidade, indicado pelo Poder Executivo;

V - Um (01) representante do Departamento da Cultura, Esporte e Turismo da municipalidade, indicado pelo Poder Executivo;

VI - Um (01) representante do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino do Município, eleito por seus pares;

VII - Um (01) representante dos Docentes da Rede Pública Municipal de Ensino, eleito entre seus pares;

VIII - Um (01) representante dos Diretores e Coordenadores da Rede Pública Municipal de Ensino, eleito por seus pares;

IX - Dois (02) representantes das Escolas Particulares do Município, eleito entre seus pares;

X – Um (01) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicado pela respectiva organização;

XI - Um (01) representante da Associação Comercial e Empresarial de Holambra, escolhido entre seus pares;

XII - Dois (02) representantes de Pais de Alunos da Rede Municipal de Ensino, eleitos pela Associação de Pais e Mestres ou Conselho de Escola devidamente legalizados;

XIII - Um (01) representante de Estudantes, que seja emancipado, da Rede Pública Municipal de Ensino, eleito por seus pares.

§ 1º - Cada membro titular deverá ter 01 (um) suplente, que o substituirá ou sucederá em casos de ausência, em complementação ao respectivo mandato.

§ 2º - A nomeação dos membros titulares e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO será feita através de Decreto, do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, após as providências do artigo 7º, desta Lei.

§ 3º - Os conselheiros titulares e suplentes de que trata o caput do artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

§ 4º - O mandato dos conselheiros e suplentes terá a duração de 02 (dois) anos, permitida a recondução por no máximo por duas vezes consecutivas em igual período, pelo mesmo segmento, para o mandato subseqüente.

§ 5º - O processo de renovação dos conselheiros deverá ser tratado no Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, respeitada a renovação de 1/3 (um terço) de seus membros, a cada mandato, objetivando a permanência e experiência adquirida dos conselheiros.

§ 6º - O exercício do mandato de conselheiro é considerado como de serviço público relevante e não será remunerado.

§ 7º - Os funcionários públicos municipais membros desse Conselho deverão ser efetivos, através de concurso público e tendo cumprido período de estágio probatório.

ART. 3º - São competências do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

I - fixar diretrizes para organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, a partir da legislação federal e estadual e municipal sobre a matéria;

II - colaborar, com o Poder Executivo Municipal, na formulação da política educacional e na elaboração, acompanhamento, controle e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III - acompanhar e deliberar, sobre a aprovação de convênios diversos e concessão de subsídios e subvenções, na área da educação;

IV – propor normas para aplicação de recursos públicos próprios, em educação, no Município;

V - propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à Educação Infantil, Especial, EJA (educação de Jovens e Adultos) e ao Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos;

VI - fixar normas para a concessão de auxílio do Município, à entidades sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas, visando assegurar o ensino gratuito aos menores de 06 (seis) aos 14 (quatorze) anos;

VII - fixar critérios para a concessão de bolsas de estudo, no ensino ulterior ao Ensino Fundamental, bem como a fixação do respectivo valor e a forma de sua restituição.

VIII - fixar normas e propor critérios para instalação, autorização, funcionamento, credenciamento e supervisão, de

instituições privadas de ensino, da Educação Infantil, compreendidas no Sistema Municipal de Ensino;

IX - emitir parecer sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógica;

X - manifestar-se sobre alterações propostas ao Estatuto do Magistério Público Municipal e do Plano de Carreira e de Remuneração para os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal;

XI - assistir e orientar o Poder Executivo Municipal na condução dos assuntos educacionais do Município;

XII - sugerir medidas que visem à melhoria da qualidade do ensino e a valorização do magistério;

XIII - elaborar e alterar o seu Regimento Interno;

XiV - elaborar e executar o seu Plano de Atividades Anual;

XV - opinar e supervisionar sobre o funcionamento e regularidade de ações realizadas na Educação Infantil, Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública Municipal de Ensino.

Parágrafo único – As competências referidas neste inciso, dependendo do seu grau de responsabilidade, poderão ser, total ou parcialmente, submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Educação.

ART. 4º - São atribuições do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

I - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;

II - exercer atribuições próprias do Poder Executivo Municipal, quando solicitado, conferidas em lei, em matéria educacional;

III - exercer, por delegação, competências próprias do Poder Executivo Estadual, em matéria educacional;

IV - articular-se com orgãos ou serviços governamentais de educação, nos âmbitos estadual e federal, e com outros órgãos da Administração Pública e da esfera privada que atuem no município, a fim de obter suas contribuições para melhoria dos serviços educacionais;

V - propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio aos educandos, tais como: merenda escolar,

transporte escolar, uniforme, material escolar e demais itens relacionados com a Educação;

VI - colaborar e supervisionar a execução do Censo Escolar anual;

VII - pronunciar-se no tocante à instalação e ao funcionamento de estabelecimentos de ensino de todos os níveis, no âmbito do município, bem com, quando solicitado, dispor sobre os casos de cassação de funcionamento irregular;

VIII - estabelecer forma de divulgação de sua atuação e manter a comunidade escolar informada sobre as suas atividades;

IX - acompanhar o funcionamento e prestar assistência técnica, quanto aos aspectos pedagógicos, aos Conselhos Escolares, incentivando a participação da comunidade escolar;

X - articular-se com os outros Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e outras organizações comunitárias, visando à troca de experiências, ao aprimoramento da atuação do colegiado, bem como à possibilidade de encaminhamento de propostas educacionais de cunho regional;

XI - articular-se com outros colegiados municipais, sobretudo os da área social, visando ao incentivo de políticas sociais integradas;

XII - conhecer a realidade educacional do município e propor medidas aos Poderes Públicos Municipais para a melhoria do fluxo e do rendimento escolar

XIII - propor medidas e programas para capacitar, atualizar e aperfeiçoar os profissionais da educação;

XIV - opinar, quando solicitado pelo(a) Prefeito(a) Municipal, para solução de problemas omissos;

XV - exercer outras atribuições de peculiar interesse dos Poderes Públicos Municipais.

ART. 5º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o efetivo exercício das competências e das atribuições disciplinadas por esta Lei, poderá constituir COMISSÕES TEMÁTICAS, definidas e regulamentadas no seu REGIMENTO INTERNO, cuja composição deverá levar em conta a experiência e o conhecimento técnico de seus integrantes, objetivando a realização de estudos detalhados sobre os

diversos temas de competência do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ART. 6º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no prazo de 30 (trinta) dias da posse de seus membros, elaborará o seu REGIMENTO INTERNO e elegerá os membros de sua DIRETORIA, composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, para o mandato de 01 (um) ano, admitida a recondução para mais 01 (um) mandato.

Parágrafo único – O processo de escolha da primeira e demais DIRETORIAS do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, dar-se-á por maioria simples de seus membros titulares e voto em aberto.

ART. 7º - Os nomes dos representantes eleitos, escolhido e/ou indicados, titulares e suplentes, a que se refere o artigo 2º, desta Lei, para constituição do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, deverão ser providenciados, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º - Após a constituição do Conselho, seus membros terão prazo de, no máximo, 15 (quinze) dias para sua primeira reunião na qual será elaborado o cronograma de trabalho.

§ 2º - As reuniões do Conselho Municipal de educação dar-se-ão ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente quantas vezes se fizerem necessárias.

ART. 8º - O Poder Executivo Municipal, por intermédio do Departamento Municipal de Educação, deverá tomar as providências necessárias, dentro dos prazos estabelecidos, para a efetiva instalação e pleno funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ART. 9º – O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO poderá contar com estrutura administrativa própria, devendo o Departamento Municipal de Educação, garantir infra-estrutura, condições materiais e recursos financeiros adequados, para o seu normal funcionamento.

ART. 10 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 11 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente, as Leis de nº 149/95, de 24 de janeiro de 1.995 e a de nº 275/97, de 10 de outubro de 1.997.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e oito dias, do mês de agosto, do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 679 DE 28 DE AGOSTO DE 2009.

"INSTITUI O DIA DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA"

A Câmara Municipal aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art.1º - Fica instituído o "Dia do Portador de Necessidades Especiais" no Município da Estância Turística de Holambra, a ser realizado atualmente no dia 03 de dezembro.

Art. 2º - O evento criado pelo artigo anterior fica fazendo parte integrante do calendário oficial da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - A data estabelecida no artigo 1º será lembrada com destaque e amplamente divulgada, ficando o Poder Público Municipal autorizado a estabelecer e organizar calendários com atividades a serem desenvolvidas durante o "Dia do Portador de Necessidades Especiais".

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos vinte e oito dias, do mês de agosto, do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

Autor do Projeto de Lei nº 023/2009 – **Vereador Aparecido Lopes da Silva Lima.**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 678 DE 15 DE AGOSTO DE 2009.

DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO PREFERENCIAL, EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, BANCÁRIOS, DE SERVIÇOS E SIMILARES, DE PESSOAS QUE JÁ TENHAM DOADO, EM VIDA, ÓRGÃOS OU TECIDOS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- As pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos, terão atendimento preferencial e prioritário em todos os estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares no Município de Holambra.

Parágrafo Único- A preferência e prioridade que trata o "caput" do presente artigo garante que as pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos não se sujeitem ás filas comuns, devendo ser atendidas nas filas de atendimento preferencial, incluindo-se para os serviços bancários mesmo que o doador não seja cliente da agência bancária.

Artigo 2º- Todos os estabelecimentos discriminados no artigo primeiro deverão, obrigatoriamente, afixar em local visível a garantia de preferência e prioridade de atendimento às pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos ou tecidos.

Artigo 3º- O não cumprimento ao estabelecimento na presente Lei sujeitará os infratores a multa de R$ 200,00 (duzentos reais e vinte centavos), devidos em dobro na reincidência, que deverá ser inscrita em Divida Ativa e cobrada coercitivamente, no caso de não pagamento.

§ 1º- O valor da multa descrita nesse artigo será corrigido no mês de janeiro de cada ano com base no IGPM/FGV acumulado do ano anterior.

§ 2º- Ao estabelecimento autuado serão garantidos a ampla defesa e o contraditório, nos termos do Regulamento.

Artigo 4º- Caberá ao Poder Público emitir documento comprovante de que a pessoa foi doadora de órgãos ou tecido.

Artigo 5º- As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão cobertas através de verbas próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 6º- O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua publicação.

Artigo 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze de agosto de dois mil e nove

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Autora do Projeto de Lei Nº 020/2009 – Vereadora Naiara Regitano Hendrikx
Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI N° 677 DE 15 DE AGOSTO DE 2009.

DISPÕE SOBRE INSENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ÁS PESSOAS QUE JÁ TENHAM DOADO, EM VIDA, ÓRGÃOS OU TECIDOS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1°- Ficam isentadas do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos no Município de Holambra as pessoas que já tenham doado, em vida, órgãos e tecidos

Artigo 2°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze de agosto de dois mil e nove

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Autora do Projeto de Lei N° 019/2009 – Vereadora Naiara Regitano Hendrikx
Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

LEI N° 675 DE 08 DE JUNHO DE 2009.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra (SP) aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, tendo por objeto a cooperação técnica entre a SENASP e o MUNICÍPIO, para fins de intercâmbio de informações de interesse recíproco.

Parágrafo único. O convênio será celebrado nos termos da minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante, ficando o Poder Executivo autorizado a firmar termos aditivos que tenham por objeto ajustes e adequações direcionadas para a consecução de suas finalidades.

Artigo 2º - As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos oito de junho de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI Nº 674 DE 08 DE JUNHO DE 2009.

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra (SP) aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído no Município da Estância Turística de Holambra o programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos Tributários e Não Tributários, cujos fatos geradores e vencimentos ocorreram até 31 de dezembro de 2008, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O ingresso no REFIS deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação da regulamentação desta Lei por opção escrita do contribuinte ou responsável tributário, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos a que se refere o artigo 1º.

§ 1º - A opção deverá ser formalizada mediante requerimento, no qual o contribuinte ou responsável tributário confesse a dívida em caráter irrevogável e irretratável.

§ 2º - O prazo fixado neste artigo poderá ser prorrogado por igual período uma única vez, por Decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 3º - A consolidação dos débitos obedecerá aos seguintes critérios:

I – para pagamento à vista, serão excluídos 100% (cem por cento) dos juros de mora e da multa, incidentes até a data da opção;

II – para pagamento parcelado, serão excluídos 60% (sessenta por cento) dos juros de mora e da multa, incidentes até a data da opção;

III – será mantida integralmente a atualização monetária dos débitos originários, para pagamento à vista ou parcelado;

IV – os honorários advocatícios de sucumbência, nos termos da Lei Municipal nº 653/08, serão devidos no importe de 2,5% (dois e meio por cento) do valor a ser pago pelo contribuinte à vista;

V – o pagamento pelo contribuinte das custas processuais e eventuais despesas judiciais, para os débitos em cobrança judicial.

Art. 4º - A partir da data da consolidação, o débito do contribuinte ou responsável tributário optante, poderá ser pago em até 30 (trinta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, atualizadas por juros de 06% (seis por cento) ao ano.

Parágrafo Único – O valor de cada parcela não poderá ser inferior à R$ 40,00 (quarenta reais), sendo a primeira parcela exigida no dia de assinatura do

termo de parcelamento e as demais nos meses subseqüentes, até o término do prazo de parcelamento.

Art. 5º - Poderão ser incluídos no REFIS saldos de eventuais parcelamentos em andamento ou parcelamentos não cumpridos, não cabendo restituição ou compensação, administrativa ou judicial, de valores recolhidos anteriormente à opção pelo REFIS, sem prejuízo do pagamento integral dos honorários de sucumbência.

Parágrafo único – As parcelas resultantes do reparcelamento serão divididas em iguais e sucessivas parcelas nos moldes do artigo 4º dessa Lei.

Art. 6º - A opção pelo REFIS fica obrigatoriamente condicionada:

I – à inclusão de todos os débitos do contribuinte ou do responsável tributário até o dia 31/12/2008;

II – à assinatura de Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

III – à garantia do juízo com a efetivação da penhora para os parcelamentos ISSQN, e débitos de natureza não-tributária, superiores a 12 (doze) parcelas, dispensando-se essa garantia para os tributos relacionados à propriedade imobiliária (IPTU, Taxas de Serviços Públicos e Contribuição de Melhoria);

IV – ao pagamento em dia dos tributos devidos a partir de 01/01/2009;

V – ao pagamento em dia do parcelamento instituído através desta Lei;

VI – a desistência comprovada, expressa e irrevogável de eventuais ações judiciais propostas contra a Fazenda Municipal de Holambra, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

VII – ao recolhimento integral das custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência fixados judicialmente nos respectivos executivos fiscais da Fazenda Pública Municipal de Holambra.

Art. 7º - A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 8º - Serão excluídos do REFIS, mediante ato administrativo do Chefe do Poder Executivo, os casos de:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II – inadimplência do parcelamento por 03 meses consecutivos ou 06 meses alternados, o que ocorrer primeiro, inclusive na hipótese de não pagamento em dia dos tributos com fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/2009;

III – falência ou extinção da pessoa jurídica;

IV – constituição do crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão objeto desta Lei, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

V – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair tributos municipais.

Parágrafo Único – A exclusão do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito originário e na forma da legislação em vigor à época da ocorrência dos fatos geradores, aplicando-se sobre o tributo devido todos os acréscimos legais, deduzindo-se os valores eventualmente pagos.

Art. 9º - A opção pelo REFIS implicará ainda na automática desistência das impugnações ou recursos administrativos.

Art. 10 - O Departamento Jurídico, após solicitação do Departamento de Finanças, providenciará a suspensão das execuções fiscais em andamento para o cumprimento do termo de parcelamento de débito objeto do REFIS.

Parágrafo Único – O não cumprimento regular do parcelamento do débito pelos optantes do REFIS implicará no imediato prosseguimento das execuções fiscais na forma da Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo das demais disposições previstas na presente Lei.

Art. 11 - O parcelamento suspenderá a exigibilidade do crédito tributário originário, na forma do art. 151 do CTN, sem prejuízo de a Fazenda Pública Municipal constituí-lo na forma do art. 142 do CTN, suspendendo-se o prazo decadencial e o prazo prescricional, e sem prejuízo ainda do cumprimento das obrigações tributárias acessórias pelos optantes do REFIS, na forma do parágrafo único do art. 151 do CTN.

Art. 12 - O REFIS será administrado pelo Departamento de Finanças, ouvida a Procuradoria Jurídica, sempre que necessário.

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta (30) dias.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze de maio de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI N° 673 de 15 DE MAIO DE 2009.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ISENTAR OS DESEMPREGADOS E DEFICIENTES EM GERAL DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA CARGOS NO SERVIÇO MUNICIPAL."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar os desempregados e deficientes em geral do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos municipais para administração direta e indireta e inclusive, para empresas de economia mista e fundações municipais.

Parágrafo Único - Para comprovar que se encontra desempregado até a data em que efetuar a sua inscrição, o candidato deverá apresentar Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida há, no mínimo, 06 (seis) meses e firmar que preenche o requisito desta Lei.

Artigo 2° - Declarações invertidas sujeitarão o infrator as penalidades da Lei em vigência.

Artigo 3° - O disposto no artigo 1° deverá contar obrigatoriamente nos editais de concursos públicos.

Artigo 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze de maio de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal
Autor do Projeto de Lei N° 015/2009 – Vereador Astério Pinto Filho
Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI N° 672 de 15 DE MAIO DE 2009.

"DISPÕE SOBRE DISPONILIZAR A VACINA "ANTI GRIPE" Á TODOS OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINITRAÇÃO DIRETA E INDIRETA."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica, através desta Lei, estabelecido que todos os funcionários públicos municipais da cidade de Holambra, terá disponibilizado, independente da idade, a vacinação "anti - gripe", que deverá ocorrer durante o mês de maio de 2009.

Artigo 2° - a Diretoria Municipal de Saúde, informará aos mesmos, local e data para que a vacinação ocorra, sem ônus ao servidor.

Parágrafo único – Será estendia esta vacinação á todos os servidores públicos municipais, concursados ou comissionados, da administração pública direta ou indireta, suas autarquias, Câmara Municipal de Holambra e servidores estaduais e federais que estejam lotados na municipalidade por concessão ou comissionamento.

Artigo 3° A partir do ano de 210 o município seguirá disponibilizando a vacinação aos servidores públicos de acordo com calendário oficial que regulamenta a campanha nacional de vacinação contra gripe.

Artigo 4° - As despesas correrão pela Diretoria Municipal de Saúde, por verba própria destinado á prevenção de patologias ou na ausência de recursos da mesma, serão providos do Gabinete do Prefeito.

Artigo 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze de maio de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Autora do Projeto de Lei N° 014/2009 – Vereadora Naiara Regitano Hendrikx

Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI N° 671 de 15 DE MAIO DE 2009.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 429 DE 25 DE JULHO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Os incisos I, II e III do artigo 3°, da Lei n° 429, de 25 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação.

Artigo 3° -...

I – 3 (três) representantes da Prefeitura Municipal, sendo 1 (um) do Departamento de Saúde, 1(um) do Departamento de Educação e 1 (um) do Departamento de Esporte.

II – 3 (três) representantes da sociedade civil, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal, sempre observa a idoneidade moral de cada um, sendo de preferência com vínculos atuantes na comunidade;

III – 3 (três) representantes de Segurança Pública:

a) o Delegado de Polícia;
b) o Comandante da Polícia Militar do Município;
c) o Diretor da Guarda Municipal.

I – A convite do Prefeito

a) o Presidente do CONSEG Municipal;
b) o um representante do Conselho Tutelar do Município;
c) o um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
d) um representante do Departamento de Cultura.

Artigo 2° - Altera-se os § 1° e 2°, do artigo 3°, da Lei n° 429, de 25 de julho de 2002, que dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD e dá outras providências, com a seguinte redação.

Artigo 3° -...

§ 1° - Para cada representante do Conselho será indicação um suplente;

§ 2° - Os membros do Conselho, cujas nomeações serão publicadas em Jornal de Circulação do Município, terão mandato de 2 anos, permitida a sua recondução por mais 2 anos.

Artigo 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrária.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze de maio de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Autora do Projeto de Lei N° 011/2009 – Vereadora Naiara Regitano Hendrikx
Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI Nº 670 DE 15 DE ABRIL DE 2009.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR".

A Câmara Municipal aprovou, e eu, MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Contadoria Municipal autorizada a abrir no Orçamento Geral do Município do exercício 2009 (Lei Municipal nº 664/2008), nas unidades orçamentárias abaixo descritas, um crédito suplementar especial no valor total de R$ 47.101,97 (quarenta e sete mil, cento e um reais e noventa e sete centavos), em conformidade com o artigo 21, parágrafo 2º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com as seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal
02.09 – FUNDEB
02.02.01 – FUNDEB – FUNDEB 60%
123610028.2.028000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
92 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados – Exercícios anteriores
3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R$ 28.261,18
Código de Aplicação – 264.00

02 – Prefeitura Municipal
02.09 – FUNDEB
02.09.02 – FUNDEB – FUNDEB 40%
1233610027.2.02700 – Manutenção de Atividades – FUNDEB 40%
92 – Transferências e Convênios Estaduais Vinculados – exercícios anteriores
3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 18.840,79
Código de Aplicação – 265.00

Artigo 3º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem de superávit financeiro oriundos do recebimento da receita do FUNDEB apurado em exercício anterior.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos legais à 01/02/2009.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicação por afixação no quadro próprio de editais na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI N° 669 DE 17 DE MARÇO DE 2009.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E SECUNDARISTAS TÉCNICOS PARA PAGAMENTO DO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra (SP) aprovou e eu, **MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT**, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro aos estudantes universitários e secundaristas técnicos moradores da Estância Turística de Holambra (SP), que destina-se a auxiliar ao pagamento de transporte escolar dos alunos residentes no município de Holambra e, desde que, estudem em municípios vizinhos, num raio de 100 (cem) quilômetros, e cujos cursos não sejam oferecidos por nenhuma instituição do Município.

Artigo 2° - Os estudantes interessados deverão efetuar cadastro perante o Departamento de Bem Estar Social mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Documento de Identidade (R.G)
b) Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.)
c) Comprovante de matrícula no curso, atualizado
d) Comprovante de endereço (em sendo locada a residência apresentar o contrato de locação do imóvel)

Parágrafo Segundo: Na ausência de quaisquer documentos constantes no parágrafo primeiro desse artigo, não será concedido o auxílio financeiro ao aluno.

Artigo 3° - O auxílio financeiro que trata essa Lei será concedido no percentual de 50% (cinqüenta por cento) fico no valor mensal dependido pelo estudante ou por seus responsáveis com o transporte intermunicipal, mediante cadastro e apresentação dos documentos conforme letras "a", "b", "c", "d", do artigo anterior.

Artigo 4° - O Poder Executivo Municipal concederá o auxílio financeiro para até 200 (duzentos) alunos cadastrados.

Parágrafo Único – Caso o número de alunos interessados supere o limite estabelecido no "caput" deste artigo, fica autorizado um acréscimo de até 10% (dez por cento) além do número limite estabelecido no "caput" desse artigo.

Artigo 5º - O Departamento de Bem Estar Social fica responsável pelo cadastramento e controle dos alunos.

Parágrafo Único – Até o dia 5 (cinco) de cada mês, o aluno deverá entregar certidão de freqüência ou comprovante de pagamento de mensalidade do mês anterior.

Artigo 6º - O não cumprimento do constante no artigo 5º, parágrafo único, excluirá o aluno do cadastro, sendo vedado o seu retorno e acesso ao auxílio financeiro, até regularização da questão referente às certidões de freqüência escolar.

Artigo 7º - O auxílio será prestado anualmente, durante o período letivo, sendo que durante o exercício de 2009 não serão concedidos reajustes financeiros de quaisquer natureza.

Artigo 8º - O auxílio financeiro será pago entre os dias 10 e 15 de cada mês, na tesouraria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra.

Parágrafo único – Caso o aluno beneficiário não retire seu auxílio na data aprazada, isto implicará em perda do auxílio financeiro referente àquele mês, não sendo excluído do cadastro.

Artigo 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica, podendo ser suplementada, se necessário.

Artigo 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de fevereiro de 2009.

Artigo 11º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 132/94 e suas alterações posteriores.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicado por afixação em local próprio na sede da Prefeitura Municipal na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

LEI N° 668 DE 10 DE MARÇO DE 2009.

"ALTERA O ARTIGO 9° DA LEI 009/1993, ALTERADO PELA LEI N° 202/95, ESTABELECENDO NOVOS VALORES A TÍTULO DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica alterado o artigo 9° da Lei 009/1993, modificado pela Lei 202/95, cuja redação passa a ser a seguinte:

"Artigo 9° - O adiantamento terá como limite máximo a importância de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos dez dias do mês de março do ano de 2009.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicação por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI N° 666 DE 09 DE MARÇO DE 2009.

REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI N° 182 DE 04 DE JULHO DE 1995.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica revogado o Parágrafo Único do artigo 2° da Lei n° 182 de 04 de julho de 1995:

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicação por ~~afixação~~, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83 – www.holambra.sp.gov.br – e-mail: holambra@holnet.com.br
Cidade das Flores
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444 – FONES (019) 3802-8000 - CEP – 13825-000 – HOLAMBRA – SP

LEI N° 667 DE 09 DE MARÇO DE 2009

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AJUDA DE CUSTO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O DELEGADO DE POLICIA CIVIL DO MUNCIPIO DE HOLAMBRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ajuda de custo, no valor de R$ 1.350,00 (Um Mil trezentos e cinqüenta reais) mensais, para fim especifico de locação do imóvel residencial, localizado no Município de Holambra, a ser utilizado pelo Delegado de Policia Civil do Município.

Artigo 2° - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 3° - Esta Lei terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período.

Artigo 4° - Esta Lei retroagirá a data de 01.01.2009

Artigo 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e nove.

MARGARETI ROSE DE OLIVEIRA GROOT
Prefeita Municipal

Publicação por afixação, no Quadro próprio de Editais, na sede de Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ROBERTO VICENTE
Chefe de Gabinete